

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 04/12/2019

- [Programa Acolher encerra 2019 atendendo 23 comarcas pernambucanas](#)
- [Boas práticas na primeira infância são premiadas](#)
- [Parceiros do Sudeste assinam Pacto pela Primeira Infância](#)
- [CNJ lança resolução que trata sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência](#)
- [Judiciário paulista é grande vencedor do Prêmio Inovare](#)
- [Em Petrolina, Funase e IF Sertão-PE formam a 15ª turma de curso voltado a socioeducandos](#)
- [Funase promove I Seminário de Práticas Restaurativas em Unidades Socioeducativas](#)

Assunto: Programa Acolher encerra 2019 atendendo 23 comarcas pernambucanas

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 04/12/2019



Garantir que a mulher possa entregar para adoção o filho recém-nascido, de forma legal e segura, é o objetivo do Programa Acolher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O direito, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permite que a manifestação desse desejo possa ocorrer ainda durante a gravidez ou logo após o parto, diretamente ao Judiciário ou através de profissionais da Rede de Proteção dos municípios. Implantado em 2011, o programa já atendeu 124 mulheres de todo o estado. Desses casos, 82 crianças

permaneceram na família de origem ou família extensa, 39 bebês foram encaminhados para adoção e três processos estão em andamento.

Em 2019, diversas atividades fizeram parte do calendário de ações do Programa Acolher, que é promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE. Ao final do ano, o Programa atingiu a marca de 23 comarcas pernambucanas onde o serviço é prestado. O coordenador da iniciativa, o psicólogo Paulo André Teixeira, destaca os avanços obtidos ao longo do período. “O ano de 2019 foi bastante significativo para o Programa Acolher, pois conseguimos cumprir nossa meta de expansão, chegando à marca de 23 comarcas do TJPE, com Gravatá e Bezerros como as novidades deste ano”, recorda. Além disso, as equipes de São Lourenço da Mata, Afogados da Ingazeira, Olinda e Ouricuri realizaram ações do Programa Acolher em suas cidades.

Por meio de parceria com a Escola de Conselhos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), foram realizadas duas edições da “Caravana Acolher: pelo direito à convivência familiar e comunitária”, que aconteceram nas comarcas de Recife e Caruaru. O objetivo do evento foi fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária das gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.

Em atividades fora do estado, as equipes realizaram apresentações nas cidades de Uberlândia e Sete Lagoas (MG) e Mossoró (RN). Também receberam um convite para participar do lançamento do “Programa de Entrega Responsável” mineiro, no início do ano de 2020. No Prêmio Primeira Infância, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos 24 projetos habilitados a participar, o Programa Acolher ficou em 12º lugar entre as práticas nacionais que buscam garantir direitos e atenção à primeira infância.

No último dia 27 de novembro, integrantes do Grupo de Trabalho do Programa participaram do debate “Saúde da população negra e racismo”, promovido pelos profissionais da Secretaria Estadual de Saúde. O encontro entre psicólogos, assistentes sociais e pedagogos das equipes interprofissionais que integram o GT aconteceu no auditório do Centro Integrado da Criança e do adolescente (Cica), no Recife, e teve transmissão ao vivo por videoconferência para os profissionais do restante do estado. “A realização do Grupo de Trabalho do Acolher por videoconferência permitiu a ampliação da participação de diversos profissionais nas reuniões, encurtando as distâncias e ampliando os debates”, explica Paulo Teixeira.

Atualmente, a coordenação do comitê gestor do Programa Acolher é formada por integrantes do TJPE, com vice-coordenadoria composta por membros da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE). O coordenador destaca a importância do órgão na composição do comitê. “A entrada da Defensoria Pública de Pernambuco na vice-coordenadoria do comitê gestor do Programa é um importante ponto de destaque, pois oportuniza a colaboração estratégica por ser um órgão tão relevante para a sociedade”, enfatiza. O secretariado do comitê gestor será integrado pela Secretaria Estadual da Mulher e o vice-secretariado pela Secretaria Estadual de Saúde.

De acordo com Paulo Teixeira, o principal objetivo do Programa Acolher é evitar que crianças sejam abandonadas, adotadas de forma ilegal ou expostas a situações de risco. “Procuramos garantir o bem-estar dos bebês, mas também a autonomia da mulher, com um atendimento humanizado, seguro e livre de constrangimentos.”

O psicólogo esclarece que o intuito não é estimular a entrega das crianças, mas garantir a proteção determinada por lei. “De todos os casos que nós recebemos até hoje, a maioria das crianças permaneceram no seio familiar, seja por desistência da mãe, ou porque foram acolhidas em sua família natural ou extensa. Apenas uma pequena parte dos bebês foram entregues à

adoção. Esse é um dado importante, porque nos permite perceber que não se trata de um programa de estímulo à adoção, mas de maternidade e paternidade responsáveis”, declara.

Assunto: Boas práticas na primeira infância são premiadas

Fonte: CNJ

Data: 04/12/2019



Os vencedores da seleção pública de boas práticas pela primeira infância receberam as premiações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta terça-feira (3/12), durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Os três primeiros lugares das categorias “Empresas”, “Governo”, “Sistema de Justiça” e “Sociedade Civil Organizada” passam, agora, para o próximo passo do programa, que é a disseminação das práticas.

A chamada pública para Seleção, Premiação e Disseminação de Boas Práticas relacionadas à promoção de direitos e à atenção à primeira infância foi lançada em julho, como uma das ações do projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

As três melhores práticas de cada categoria receberam certificado e troféu, com exceção da categoria Sociedade Civil Organizada, que também foi premiada com valores de R\$ 20 mil, R\$ 15 mil e R\$ 10 mil, para o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

De acordo com a diretora do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Fabiana Gomes, o CNJ observou, como critério de avaliação, a eficácia, eficiência, inovação, replicabilidade, custos e recursos de implementação, intersetorialidade e o alcance social das práticas. “Destacamos a intersetorialidade das práticas premiadas, pois precisamos trabalhar juntos. Foram escolhidas as que tinham mais preocupação em fortalecer a rede de apoio e que fossem possíveis de serem replicadas”, disse. No total, foram inscritas 182 práticas em todo o país.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, Richard Pae Kim, afirmou que as iniciativas mudam positivamente a vida das crianças. “Se é certo que a extrema pobreza – aliada à violência e a falta de cuidados, seja da família, do Estado e da sociedade –, ainda continuam a gerar danos irrecuperáveis a muitos cidadãos; por outro lado, é certo também que muitos brasileiros de bem estão a trabalhar, com amor e dedicação, para mudar esse cenário cruel de omissões. Que sejamos todos inspirados por esses valorosos brasileiros”, disse.

A coordenadora da Região Sudeste da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, deputada federal Daniela do Waguinho, ressaltou a existência de muitas boas práticas que levam o desenvolvimento real na vida das crianças e das famílias. “Não trabalhamos sozinhos. Estamos semeando hoje para colher bons frutos no futuro”, afirmou.

“O CNJ, com um evento desse tipo, cumpre sua missão, que é trazer o Judiciário para onde é partícipe e pode contribuir para a melhoria da vida das pessoas”, afirmou o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Reinaldo Cintra, que participou da mesa de premiação. De acordo com o magistrado, a preocupação com as políticas públicas permite a formação de pessoas que ajudam a alcançar o objetivo maior da Justiça, a paz social.

Vencedoras

Na categoria Empresas o vencedor foi a Ateliê Cata-Ventos, do Rio de Janeiro, com o projeto de educação participativa na educação infantil. “Entendemos que as crianças são seres prontos. O que ela consegue fazer hoje é o que ela consegue fazer. A primeira infância dura para sempre. É nesse período que os valores são plantados e os vínculos mais caros são formados”, disse a coordenadora pedagógica Rachel Pepe Reis. Ela pediu ao Judiciário que os professores fossem levados em consideração nas discussões sobre políticas públicas. “O primeiro lugar que as crianças vão é para a escola. E elas precisam de amparo para lidar com a bagagem das crianças, que, apesar de serem pequenas, vêm recheadas de problemas emocionais, familiares, inseguranças e expectativas das famílias. A escola trabalha com a pedagogia da escuta. Escutem as escolas”, disse.

Em segundo lugar, foi premiada a Pré-escola Nossa Senhora, também conhecida como Envolve, com a iniciativa “Os meus, os seus, os nossos sentimentos”, de São Paulo. Em terceiro lugar, a Applik Clínica de Vacinação, de Primavera do Leste (MT), com projeto de humanização e manejo da dor na aplicação de vacinas.

Na categoria “Governo”, a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul ganhou o primeiro lugar, com a prática “Promoção de direitos para as mulheres privadas de liberdade e seus filhos: a experiência do Primeira Infância Melhor (PIM) no Rio Grande do Sul”. A coordenadora estadual do projeto, Gisele Mariuse da Silva, disse que o reconhecimento do CNJ abre outras oportunidades para aumentar o número de pessoas atendidas.

O PIM existe desde 2003, mas começou a ser aplicado na população carcerárias em 2012. Com o advento do Marco Legal da Primeira Infância, em 2016, passaram a atender também a família extensa das presas. “Nossa preocupação é com as crianças em situação de vulnerabilidade. Atendemos um número grande de famílias, mas ainda podemos crescer. Preocupa-nos que o número de detentas também esteja subindo nos últimos anos, mas temos o privilégio de trabalhar em um projeto transformador, que pode trazer esperança para o futuro das crianças”, alegou.

Em segundo e terceiro lugares, ficaram a Prefeitura de Boa Vista, com a prática Programa Família que Acolhe; e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com a Campanha CEI Amigo Do Peito, respectivamente. Ainda foi entregue uma menção honrosa à Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da prefeitura de Campinas pela prática Plano Municipal pela Primeira Infância de Campinas.

Na categoria “Sociedade Civil Organizada”, receberam menção honrosa o Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD, com a prática Mutirão Mães Livres: Combate ao Encarceramento Feminino e Proteção do Vínculo Materno no Estado de São Paulo; e a prática Intensivo de Marcha na Primeira Infância em Crianças com Deficiência, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas Gerais.

Na premiação, o primeiro colocado foi o Instituto Promundo, com atuação no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, com a prática Programa P – Manual Para o Exercício da Paternidade e o Cuidado. O presidente da instituição, Miguel Barbosa Fontes, destacou a diferença que o projeto tem feito na vida de tantos pais, que descobriram a importância de suas presenças na vida das crianças. “Agradeço à nossa equipe, à minha família e aos meus filhos, que me deram a oportunidade de ser e me sentir pai”, disse. Além do troféu e certificado, a entidade também recebeu um prêmio de R\$ 20 mil.

Em segundo lugar, ficou a Fundação Feac, de Campinas (SP), com o projeto Novo Olhar, que recebeu o prêmio de R\$ 15 mil; seguido pelo Projeto Integral de Vida (Pró-Vida), do Distrito Federal, com a prática Ações Integradas de Proteção à Criança: Política de Proteção à Criança Pró-Vida, que recebeu R\$ 10 mil como prêmio. A premiação monetária tem o objetivo de contribuir com a continuidade da prática, fomentar e estimular a criação e implementação de novos projetos pelas instituições vencedoras.

Já na categoria “Sistema de Justiça”, o projeto Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), ficou em primeiro lugar. O presidente do Tribunal, Walter Carlos Lemes, agradeceu ao juiz Fernando Chacha, de Alexânia, que iniciou o projeto. “O trabalho serviu de modelo para outros tribunais porque olhou com mais carinho para as crianças cujas mães estão encarceradas”, afirmou o desembargador.

Em segundo lugar, foi premiado o Proinfância – Proteção à infância e à adolescência, do Ministério Público do Ceará; e o projeto “Entregar de forma legal é proteger”, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ficou em 3º lugar.

Ao final da cerimônia, o secretário especial do CNJ, Richard Pae Kim, ressaltou que as práticas são fruto do trabalho conjunto, mostrando que as quatro categorias estão trabalhando com um mesmo propósito. “Temos iniciativas maravilhosas por todo o país. Estudando o Marco Legal, temos pelo menos 14 termos voltados para a intersetorialidade e ela é imprescindível. Precisamos trabalhar juntos para alcançar os objetivos e garantir que as crianças que chegarão aos seis anos de idade serão mais felizes”, finalizou.

Assunto: Parceiros do Sudeste assinam Pacto pela Primeira Infância

Fonte: CNJ

Data: 04/12/2019



Cuidar dos primeiros anos da vida das crianças é uma questão urgente, no Brasil e no mundo. A constatação foi feita pelos participantes do Seminário do Pacto Nacional da Primeira Infância – Região Sudeste, que começou nesta segunda-feira (2/12), em São Paulo. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que participou da abertura do evento, é preciso discutir com especialistas os problemas que envolvem o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos de idade para refletir sobre a harmonização das principais políticas de atenção a esse grupo com o Sistema de Justiça. “Dessa forma, teremos subsídios importantes para compreender e buscar soluções para os problemas e as dificuldades que envolvem a aplicação dos princípios e das diretrizes normativas que tratam dessa temática”, afirmou.

Contando com a presença de 90 especialistas – que participarão das palestras e debates dos workshops -, o evento pretende fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências. Toffoli disse que assumiu o compromisso, em sua gestão, de transformar a realidade e conferir prioridade absoluta à proteção da criança, atuando em parceria com os demais atores integrantes da rede de atenção à primeira infância.

Para tanto, destacou que o Pacto Nacional pela Primeira Infância, que já possuía 66 signatários, recebeu mais 35 entidades parceiras na Região Sudeste, incluindo entidades públicas e privadas. Segundo o ministro, a expectativa é que o pacto “reflita os esforços permanentes de todos nós com o restabelecimento da cidadania de nossas crianças e a construção das bases sobre as quais se edificará uma nação cada vez mais próspera, justa e desenvolvida”.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica e juiz auxiliar do CNJ Richard Pae Kim ressaltou que o Pacto Nacional é parte integrante do projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”. O objetivo, de acordo com ele, é garantir não apenas a implantação do Marco Legal da Primeira Infância, mas também, que as crianças brasileiras se desenvolvam com saúde e tenham educação de qualidade, além de terem e o seu desenvolvimento integral garantido.

O CNJ ainda deve realizar outros dois seminários regionais – Nordeste e Sul -, além de entregar, até 2020, o diagnóstico sobre as políticas de primeira infância, que será fruto de um levantamento quantitativo e qualitativo em mais de 120 municípios, em todas as regiões do Brasil, abrangendo os temas “Mulheres e adolescentes grávidas e lactantes”, “Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal”, “Destituição do poder familiar, adoção e tráfico de crianças”, “Famílias acolhedoras e instituições de acolhimento, e “Improbidade administrativa de gestores de políticas públicas para a infância e juventude” como eixos temáticos.

Richard Pae Kim enfatizou, ainda, que, com o apoio de todos os parceiros do pacto nacional, será possível concluir o projeto com a capacitação – nas modalidades presencial e à distância – de mais de 23 mil profissionais, não só do Sistema de Garantia de Direitos, como também do Sistema de Justiça sobre a implantação do Marco Legal pela Primeira Infância.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, disse que já orientou as corregedorias locais a instruírem os magistrados brasileiros a participarem ativamente das ações decorrentes do pacto, a fim de que as crianças brasileiras e suas famílias possam ter acesso aos cuidados básicos de saúde, acesso a creches e escolas, que recebam a proteção do Estado contra a violência e exploração, e possam crescer em um ambiente sadio e equilibrado.

“Todos nós sabemos que a letra das leis necessita de ações pragmáticas para que saia do papel e se torne realidade. Por isso é que vejo com satisfação que o ministro Dias Toffoli se empenhou nessa tarefa de dar às nossas crianças todas as oportunidades que merecem. Sua iniciativa encontrou campo fértil junto às defensorias públicas, Ministério Público, advocacia, magistratura e entidades da sociedade civil que têm como objetivo levar a cabo as políticas públicas para as crianças em sua primeira infância, que é a fase em que estão mais vulneráveis e necessitam de mais proteção”, disse Humberto Martins.

Também compuseram a mesa de abertura do evento o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia; o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio; a coordenadora da Regional Sudeste da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, deputada federal Daniela do Waguinho (MDB-RJ), a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Therezinha Cazerta; o coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa; o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Vahan Agopyan; o secretário do Governo Municipal de São Paulo, Mauro Ricardo Machado Costa; e o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano de Azevedo Marques Neto, além de representantes da sociedade civil, do Judiciário, de empresas. Também participaram da cerimônia de abertura do seminário, os conselheiros Valtércio de Oliveira, Mário Guerreiro, Maria Tereza Uille, Henrique Ávila e Luiz Fernando Tomasi Keppen.

Palestras

Depois da cerimônia de abertura e assinatura do Pacto Nacional, que passou a contar com o apoio, inclusive, do governo municipal e estadual de São Paulo, foi realizada a conferência magna, que tratou da importância das políticas públicas para a proteção e promoção do desenvolvimento de crianças na primeira infância. O investimento em capital humano como ferramenta para influenciar o crescimento econômico foi destacado pelo professor titular da Universidade Rice, no Texas (EUA), Flávio Cunha. Ele expôs o processo de formação do capital humano, destacando o vínculo afetivo ao qual as crianças são submetidas e que podem influenciar o desenvolvimento, reforçando a necessidade do investimento nessa fase da vida.

O diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária de Saúde do Ministério da Saúde, Maximiliano Marques, reforçou que é preciso fazer as intervenções necessárias hoje, para que o futuro seja garantido em melhorias. Ele abordou maneiras de potencializar e ampliar a atenção primária na saúde, a começar do planejamento familiar, envolvendo não apenas a mãe, mas também o pai em todo o processo, que passa pelo pré-natal, parto, aleitamento, imunização e a atenção ao desenvolvimento infantil. Ele ressaltou que o pacto nacional promove a articulação entre os poderes, empresas e sociedade civil, impulsionando a construção de políticas públicas viáveis.

Em seguida, a secretária nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania, Ely Harasawa, apresentou os pilares do programa Criança Feliz, lançado em 2016. Ela destacou a necessidade dos vínculos familiares para suprir não apenas as necessidades básicas, mas também o conforto e a segurança emocional necessárias para as crianças. “Nosso objetivo é apoiar as famílias a serem promotoras do desenvolvimento dos filhos”, afirmou. O programa atende mais de 845 mil beneficiários, entre os quais mais de 700 mil são crianças.

A conselheira do CNJ e presidente da mesa, Candice Lavocat Galvão, ressaltou que o trabalho multidisciplinar que vem sendo realizado no setor tem permitido um retorno efetivo em relação às políticas públicas e à sensibilização do tema, que se mantém na pauta nacional.

Na palestra “A convenção sobre os direitos da criança e o marco legal da primeira infância: avanços e desafios”, a chefe do escritório da Unicef em São Paulo, Adriana Alvarenga, falou sobre os avanços, especialmente no Brasil, a partir da Convenção dos Direitos da Criança, que celebra 30 anos em 2019. Entre os benefícios estão a redução do trabalho e da mortalidade infantil. Ela apontou os novos desafios, que são, principalmente a migração e as mudanças climáticas, que atingem as crianças em todo o mundo. Só o Brasil recebeu cerca de 200 mil venezuelanos nos últimos anos, dos quais 10% migraram para São Paulo. Ela lembrou, no entanto, citando os episódios do assassinato de jovens e adolescentes em Paraisópolis (SP) neste fim de semana, que é preciso investir na primeira infância, mas não se deve perder de vista o investimento também nos adolescentes.

A deputada Daniela do Waguinho encerrou as apresentações da manhã destacando a construção do Marco Legal da Primeira Infância e o trabalho que a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância vem realizando, sendo também uma das signatárias do Pacto Nacional.

À tarde, foram realizados 10 workshops temáticos simultâneos com debates entre participantes e palestrantes. Cerca de 1.100 pessoas de toda a Região Sudeste se inscreveram no evento, que termina nesta terça-feira (3/12). Para acompanhar as informações em do evento em tempo real, acompanhe as redes sociais oficiais do CNJ.

Assunto: CNJ lança resolução que trata sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 04/12/2019



O Presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, lançou no último dia 5 de novembro de 2019 resolução que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. A resolução compõe e regulamenta a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017.

Confira no endereço abaixo a RESOLUÇÃO No 299, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/resolucao_299_depoimento_especial_pdf.pdf

Assunto: Judiciário paulista é grande vencedor do Prêmio Innovare
Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude
Data: 04/12/2019



O Judiciário paulista é o grande vencedor da 16ª edição do Innovare e é o primeiro da história do Prêmio a vencer a categoria Tribunal duas vezes seguidas. O projeto **Trampo Justo** – que, por meio de parcerias, busca vagas de empregos para os jovens acolhidos prestes a completar 18 anos e que deixarão os abrigos em que vivem – foi anunciado como o ganhador na categoria Tribunal em cerimônia realizada hoje (3) no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Já o vencedor na categoria juiz foi o **Magistratura para Todos**, curso de preparação para ingresso na Magistratura, totalmente gratuito, voltado à população de baixa renda, aquela que tem maior dificuldade em arcar com os custos dos estudos específicos para essa carreira. A prática foi inscrita pelo juiz Rodrigo Tellini de Aguirre Camargo e tem a participação voluntária de mais de 50 magistrados e apoio de servidores do TJSP.

Essa é a segunda vez consecutiva que a Corte paulista vence a categoria Tribunal, feito inédito desde a criação da Premiação, em 2004. No ano passado, foi com o programa Adote um Boa-Noite, que busca estimular a adoção de crianças e jovens com mais de oito anos e que possuam algum tipo de deficiência. Neste ano, a categoria recebeu 48 inscrições e o Trampo Justo foi escolhido pela comissão como um dos finalistas, ao lado da campanha “TSE contra Fake News”, voltada para o esclarecimento de notícias falsas que confundem as pessoas e atrapalham o processo eleitoral. Já a categoria Juiz recebeu 100 inscrições e o outro finalista concorrente era o projeto Passando o Martelo Adiante: Sucessão de Juízes em Litígios de Alta Complexidade e Gestão de Transição – Fortaleza/CE.

Trampo Justo – projeto da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo lançado em outubro de 2018 em parceria o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). O programa procura parcerias para oferecer vagas de empregos a jovens acolhidos prestes a completarem 18 anos, época em que precisam deixar os abrigos públicos em que moram. A iniciativa surgiu da percepção da urgência de inserir os adolescentes que residem em abrigos do Estado no mercado de trabalho. Os índices de adoção de jovens acima de 14 anos são baixos e as chances de completarem 18 anos nas casas de acolhimento aumentam. Atualmente há 60 jovens empregados por meio do projeto e outros 25 em processo de seleção. “É importante fazer o jovem acreditar no potencial dele. Fazer com que o adolescente entenda que ele tem direitos, que pode sonhar e que não precisa se conformar com a situação em que está naquele momento”, afirma o juiz Iberê de Castro Dias, assessor da CGJ e idealizador do Trampo Justo.

A iniciativa também abrange a sensibilização dos jovens sobre a importância do trabalho e dos estudos, com palestras ministradas por pessoas de origem social similar, que se empenham para contar suas experiências de vida. Um dos principais parceiros do projeto é o rapper Dexter, ex-presidiário, que conta suas experiências aos jovens para mostrar a eles os efeitos negativos de participar do mundo do crime. “Estou aqui na condição de um cara que tirou 13 anos de cadeia, mas que hoje já está há oito na rua mostrando para o sistema como funciona. E que a minha história sirva de exemplo para que vocês entendam que também são capazes. Desistir, nunca.

Sonhar, sempre. Correr atrás. Esse é o objetivo”, disse o rapper aos jovens em uma das palestras.

A participação das empresas também é fundamental para o sucesso da empreitada. Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza, foi uma das primeiras empresárias a apoiar o projeto e gravou um depoimento sobre a iniciativa. “Quando eu conheci o Trampo Justo, na hora chamei o pessoal do recrutamento. Pedi para colocarem esses meninos para dentro e fizemos uma experiência. E tem sido maravilhoso. Todos estão pedindo os jovens do Trampo Justo. Fico feliz por estarmos participando, porque ninguém faz nada sozinho. Estamos criando oportunidades para jovens que precisam tanto desse apoio”, destaca.

“Depois da vitória de 2018, com o Adote um Boa-Noite, pudemos medir a repercussão que o Prêmio proporciona para os projetos apresentados e esperamos que ocorra algo similar com o Trampo Justo. Queremos que a comunicação seja amplificada para atingirmos ainda mais empregadores que queiram ceder vagas aos adolescentes que vivem em casas de acolhimento”, disse Iberê Dias sobre o Innovare. Os interessados podem enviar e-mail para trampojusto@tjsp.jus.br

Magistratura para todos – Curso gratuito de qualificação e preparação para o concurso de ingresso na Magistratura, voltado para cidadãos de baixa renda. O curso é resultado da união de mais de 50 juízes, além do apoio de servidores, que, em trabalho voluntário, desenvolveram o projeto como uma ferramenta niveladora, promovendo oportunidades para os que sonham em seguir a carreira como magistrados, mas não têm recursos para os cursos preparatórios. Além de formatar o curso, os juízes envolvidos ministram as aulas, organizam atividades e fornecem orientação sobre material didático doado por instituições privadas. O site da iniciativa é www.magistraturaparatodos.com.br

“Este prêmio é um reconhecimento a todos os juízes e servidores voluntários do projeto. É um alento para os que acreditam no poder transformador da educação e da Justiça, que entendem que uma Magistratura plural, formada por integrantes de diferentes classes sociais, origens e histórias de vida, é uma Magistratura ainda mais forte, respeitada e justa”, diz o juiz Rodrigo Tellini sobre o Innovare.

O embrião do projeto surgiu da constatação de que a maioria dos juízes que participam do Magistratura para Todos tiveram grandes dificuldades para adequar a realidade financeira em que viviam aos estudos. “Já tendo estudado para concurso, nós sabíamos das dificuldades, principalmente financeiras, que o aluno encontra para se preparar para um concurso de ingresso na magistratura. São livros, o acesso a um bom material didático, eventualmente assinar uma boa revista de jurisprudências, acesso à internet...Foi pensando em dar um estímulo a quem não tem dinheiro para fazer este investimento que resolvemos criar o curso”, explica a juíza Laura de Mattos.

A distribuição das vagas inclui cotas para servidores públicos de outros entes políticos (cinco vagas), para advogados que atuam na defesa dos direitos transindividuais (cinco vagas) e para negros (20 vagas). As demais são de livre disputa, mas sempre dentro do critério geral de renda máxima familiar não superior a cinco salários mínimos. “O contingente negro da população brasileira é de 54%, no entanto, apenas 15% dos juízes brasileiros são negros. Foi pensando nisso que resolvemos adequar a divisão das vagas incluindo cotas”, diz o juiz Rodrigo Tellini. “O escopo principal do Magistratura para Todos é permitir que qualquer pessoa, independentemente de cor, classe social e com diferente experiências e trajetórias de vida, possa

estar em condições de ser aprovada no concurso da magistratura, tornando a carreira mais plural e próxima da sociedade brasileira. ”, finaliza.

Instituto Innovare – é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivos principais e permanentes a identificação, premiação e divulgação de práticas do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e de advogados que estejam contribuindo para a modernização, a democratização do acesso, a efetividade e a racionalização do Sistema Judicial Brasileiro. Para atendimento de seus objetivos, o Instituto Innovare realiza, anualmente, o Prêmio Innovare, promove palestras e eventos gratuitos, publica livros e artigos, produz documentários e realiza pesquisas sobre temas da Justiça. O Conselho Superior é composto por associações representativas de prestígio no mundo jurídico: Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Associação Nacional dos Defensores Públicos, Associação dos Juízes Federais do Brasil, da Associação Nacional dos Procuradores da República, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, do Ministro Carlos Ayres Britto e do jornalista Roberto Irineu Marinho, presidente do Grupo Globo. O Conselho Superior é o responsável pela definição das principais diretrizes e estratégias do Premio Innovare como a escolha do tema das inscrições e os membros da Comissão Julgadora.

Assunto: Em Petrolina, Funase e IF Sertão-PE formam a 15ª turma de curso voltado a socioeducandos

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 04/12/2019



A parceria entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) segue produzindo resultados. Nesta quarta-feira (4), às 14h, no Auditório Andras Lakatos, da instituição de ensino, 15 adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Petrolina serão certificados por participação na formação inicial e continuada como auxiliar técnico em agropecuária. Já é a 15ª turma do curso, que, desde 2013, viabilizou oportunidades de reinserção social por meio da educação profissionalizante para mais de 150 adolescentes em cumprimento de medida de internação no município.

O curso, que, desde o início da parceria, foi desenvolvido especialmente para atender aos socioeducandos, teve 160 horas, acontecendo três vezes por semana. As aulas foram ministradas no Campus Petrolina Zona Rural do IF Sertão-PE. O conteúdo programático abrangeu temas como manejo da fruticultura irrigada, caprinos, ovinos, suínos, bovinos e aves e trabalhos em hortas orgânicas. Com a formação obtida, os alunos poderão atuar nas áreas de agricultura, zootecnia e agroindústria. A participação nesse curso tem contribuído para evitar a reincidência dos adolescentes em atos infracionais depois que saem da Funase.

“Em Petrolina, já temos a menor taxa de reincidência no regime de internação no Estado e, sem dúvida, iniciativas como essa ajudam no trabalho desenvolvido. O contato dos adolescentes com o campus e com os demais alunos faz com que eles vejam novos horizontes. Eles saem direto para o mercado de trabalho. Temos meninos que, hoje, gerenciam padarias, por exemplo, que passaram em dois vestibulares, que ficam em Petrolina ou voltam para seus municípios de forma diferenciada”, diz a coordenadora geral do Case Petrolina, Nídia Alencar, que participará da cerimônia de certificação juntamente com funcionários da unidade.

Assunto: Funase promove I Seminário de Práticas Restaurativas em Unidades Socioeducativas

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 04/12/2019



Capacitação, conhecimento e troca de experiência. Esse foi o conteúdo trabalhado, nesta terça-feira (3), no I Seminário de Socialização de Práticas Restaurativas em Unidades Socioeducativas, promovido pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), que é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), e pelo Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos de Pernambuco (Cefospe), no Recife. O objetivo foi discutir, por meio de palestras e debates, as ações decorrentes dessa metodologia que estão sendo realizadas em Centros de Atendimento Socioeducativo (Case), Centros de Internação Provisória (Cenip), Casas de Semiliberdade (Casem) e na Unidade de Atendimento Inicial (Uniai) da Funase.

O seminário foi realizado no auditório do Cefospe, na Rua Tabira, s/n, no bairro da Boa Vista, no Recife. O evento teve como palestrante Socorro Barros, coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa da Funase. O principal destaque do encontro foi a palestra ministrada por Fernanda Rosenblatt, doutora em Criminologia pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, e professora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A mesa contou com a mediação de Bruno Arrais de Mendonça, assessor de magistrado da 4ª Vara Regional da Infância e Juventude. Ainda durante todo o dia, técnicos do Cenip Petrolina, do Cenip Caruaru, do Case/Cenip Garanhuns, da Casem Caruaru, da Casem Olinda, da Casem Garanhuns, do Case Pirapama, do Cenip Santa Luzia, do Case Santa Luzia, da Casem Casa Amarela e da Casem Santa Luzia expuseram práticas restaurativas realizadas em cada local.

O evento ainda contou com um período de debates com a participação de dirigentes de associações de moradores de bairros como Jardim São Paulo, Bongí, Mangueira e Mustardinha, que destacaram a importância de trabalhar práticas restaurativas nas comunidades. Na ocasião, a Banda Liberdade, composta por jovens do Case Abreu e Lima e pelo agente socioeducativo Artur Silva, realizou uma apresentação. “A Funase tem um grupo, o Núcleo de Justiça Restaurativa, que tem condição de levar à frente um debate necessário e importante, inclusive sobre a violência, e extrair aspectos positivos, construindo uma prática mais humanizada. Buscamos, com esse trabalho, levar as pessoas a acreditar que é possível usar outra linguagem que não seja violenta”, afirmou a presidente da Funase, Nadja Alencar, que participou da abertura com a coordenadora pedagógica do Cefospe, Marilene Borges.

JUSTIÇA RESTAURATIVA – A Justiça Restaurativa prevê mudanças de paradigmas que permitam a transição para uma lógica que privilegie a percepção sobre responsabilidades individuais e coletivas e a criação de novas bases para relacionamentos. Essa iniciativa começou a ser difundida na Funase em 2016. Dois anos depois, por meio do projeto “Semeando uma Cultura de Paz: práticas restaurativas como ferramenta da socioeducação”, 240 servidores foram capacitados nos módulos de Introdução à Justiça Restaurativa – ministrado pelo juiz Élio

Braz, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) – e de Comunicação Não Violenta – sob responsabilidade do professor Marcelo Pelizzoli, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Outra etapa do projeto foi a formação de 80 facilitadores em curso ministrado pela psicóloga e consultora Monica Mumme, referência nacional no tema e fundadora do Laboratório de Convivência. Todas as atividades foram acompanhadas por um grupo gerador. Em fevereiro de 2019, a instituição deu mais um passo, criando, por meio de portaria, o Núcleo de Justiça Restaurativa. O grupo é composto por oito servidores e tem o objetivo de disseminar essas práticas em unidades socioeducativas de todo o Estado.